

SOLICITAÇÃO DE FÉRIAS

À

GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EMPRESA: _____

Eu, _____, portador(a)
do CPF nº _____,
matrícula funcional nº _____, lotado(a) no setor
_____, venho por meio desta,
requerer a concessão de férias referentes ao período aquisitivo compreendido
entre ____/____/____ e ____/____/____,
em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especialmente
os artigos 129 a 153.

1. Informações sobre o período de férias:

- a) Início das férias: ____/____/____
- b) Término das férias: ____/____/____
- c) Período solicitado: _____ dias corridos

2. Fundamentação legal:

Nos termos do artigo 129 da CLT, todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias,
sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho (período aquisitivo).
Conforme o artigo 134, as férias devem ser concedidas por ato do empregador dentro dos 12 meses subsequentes ao término do período aquisitivo.

3. Observações:

- Conforme o artigo 137 da CLT, o início das férias não poderá coincidir com dois dias que antecedam feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
- O pagamento da remuneração das férias, acrescida do terço constitucional, deverá ser efetuado até dois dias antes do início do período de férias, conforme artigo 145 da CLT.

4. Solicitação:

Diante do exposto, solicito que seja concedido o período de férias acima

descrito,
considerando as necessidades da empresa e a legislação vigente.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção e aguardo deferimento.

Assinatura do(a) empregado(a)

Local

Data

Assinatura do Gestor/Responsável pela aprovação

Cargo

Data

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/solicitacao-de-ferias/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.